

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS DA SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0065.000940/2023-49/FEASE/RO

A **ABR SERVICE LTDA**, sociedade empresária regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.628.444/0001-55, devidamente qualificada nos autos do processo, combinados com as determinações contidas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1997, vem, perante V. Exa., através de seu representante legal o Sr. **LUIZ CARLOS DE ABREU FILHO**, cpf [REDACTED], residente e domiciliado sito à [REDACTED] interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da **DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS DA SUPEL - CPLO**

DO OBJETO DESSE RECURSO

Alega a **CPLO** em análise e julgamento da proposta de preços, em "[...] DESCLASSIFICAR como base no item 19.2, alíneas "c", "e", "f", e "g" do Edital, a empresa **ABR SERVICE LTDA** e consórcio CONSOCIO PORTOTEC por apresentarem em suas propostas itens contendo valores unitários superiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública, bem como itens omissos em frente aos existentes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública. Decidiu ainda, CLASSIFICAR a proposta de preços da empresa MEKA ENGENHARIA LTDA - EPP, cujo valor global é de R\$ 21.006.399,16 (vinte e um milhões, seis mil, trezentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos), com prazo de execução de 720 (setecentos e vinte) dias corridos, por ter cumprido todas as exigências contidas no edital."

Ocorre que, como veremos adiante, as razões da **CPLO** e o objetivo deste recurso é afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções,

pois descabidas fática e juridicamente.

DAS RAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

De acordo com o Art. 48. Da Lei nº 8.883, de 1994) Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Deve ser esclarecido que a **CPLO** não disponibilizou os coeficientes de produtividades nos arquivos anexados aos autos dos processos, apenas deu referência 06/2023 DESONERADA (SINTÉTICA) e se comparamos os valores referência da planilha SINTÉTICA referência **CPLO** com a disponível pelo site SINAPI em https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-a-partir-jul-2009-ro/SINAPI_ref_Insumos_Composicoes_RO_062023_Desonerado.zip, os valores são diferentes, além dos códigos serem de planilhas sem ser a DESONERADA.

Os valores unitários disponíveis na planilha orçamentária **CPLO** não são confiáveis, mais ainda por não ter parâmetros visto não ter disponibilizado a planilha analítica ou seja as de custo e formação de preço para a conferência real dos insumos/produtividade, resultando as especificações técnicas do edital indefinidas.

Em segundo plano, a **CPLO** fundamentou a desclassificação da proposta da recorrente de forma genérica, sem indicar quais itens estavam supostamente em desacordo com as especificação técnica do edital.

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública deve pautar seus atos e conduzi-los em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Primeiramente é importante analisar **QUAL ERRO OU FALHA** que a proposta possui, sendo possível que a **CPLO** sane eventuais erros ou falhas, desde que não altere a substância da proposta.

A Administração pode aceitar a alteração do valor global da proposta, em razão da correção de valores unitários, principalmente quando ela for a mais vantajosa, observado o princípio da economicidade.

Confirmada a inadequação da planilha do licitante no caso concreto, a Administração deve viabilizar o saneamento antes de promover a sua desclassificação. Trata-se de solução pautada nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da finalidade, do formalismo moderado e da economicidade. Esta é a tendência legal e jurisprudencial sobre o assunto.

Geralmente, mesmo nas licitações cujo julgamento se dá pelo menor valor global, é indispensável a análise dos valores unitários. Eventual exceção poderia ser aventada nos casos de obras e serviços de engenharia contratados sob o regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, que é o caso.

Isso porque, os preços unitários representam os custos que compõem o valor global e, nessa medida, são indicativos quanto à regularidade do preço final proposto.

Não por outro motivo, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União já se inclinaram sobre a necessidade de avaliar os preços unitários nas licitações cujo critério de julgamento baseia-se no menor valor global, sendo que tal análise é reforçada em licitação cujo objeto será executado, medido e pago segundo as quantidades especificamente prestadas. Uma das razões que permeia essa orientação é evitar os riscos envolvidos na contratação de propostas formuladas sob a estratégia do jogo de planilha ou jogo de cronograma.

Agora, eventuais equívocos na composição dos custos unitários não devem servir de fundamento para a desclassificação da proposta. Explicamos.

O art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, autoriza a realização de diligência “em qualquer fase da licitação”, tendo como objetivo viabilizar a tomada de decisões de forma mais segura e objetiva.

A finalidade maior da diligência é viabilizar a adequada instrução do processo e, conseqüentemente, possibilitar que a tomada de decisão seja da forma mais correta possível. Com a sua realização, suprimem-se dúvidas acerca do conteúdo dos documentos, o que potencializa a retidão das decisões a serem tomadas.

A tendência atual, muito influenciada pela noção de formalismo moderado e, sobretudo, com o objetivo de proteger o caráter competitivo da licitação, visando a obtenção da proposta mais vantajosa, reconhece que as diligências também devem permitir o saneamento/correção de falhas nas propostas quando analisadas em relação ao conjunto que encerra a oferta. Portanto, no presente, o

princípio da vinculação ao instrumento convocatório não possui caráter absoluto.

Deve ser levado em consideração que licitação não é um fim em si, mas sim um procedimento destinado a selecionar a proposta mais vantajosa visando uma contratação futura.

Seguindo esse alinhamento, não apenas falhas formais, mas igualmente materiais devem motivar a oportunidade para saneamento. E isso, frise-se, sem que se desconsidere os princípios do processo de contratação, inclusive o tratamento isonômico.

Essa análise é visível na situação concreta, porque o possível vício tem relação com falha na indicação de custo componente da planilha de formação de preços. A esse respeito, é preciso considerar o caráter instrumental da planilha de custos que é, tão-somente, indicar os componentes que incidem na formação do preço.

Recentemente, o entendimento relativo à amplitude do saneamento ganhou um reforço com o Acórdão nº 1.211/2021-Plenário, do TCU. De acordo com a interpretação feita pelo TCU, o licitante que não entregar determinado documento de habilitação ou da proposta no momento adequado, poderá fazê-lo posteriormente, devendo ser requerido e aceito pela Administração, desde que o documento retrate condição material pré-existente à abertura da sessão pública do certame. E mais, embora essa ideia parta da regulamentação estabelecida para o pregão eletrônico, ao que nos parece, sua racionalidade pode alcançar qualquer certame licitatório.

Verificada a tendência legal e jurisprudencial em torno do saneamento da habilitação e das propostas, a análise residual incidirá em face dos possíveis reflexos decorrentes da redução dos preços unitários em relação ao valor global da proposta.

Há entendimento no sentido de que seria admitido o saneamento da planilha, desde que **reduzido o valor global proposto em face de eventual diminuição dos custos unitários cotados equivocadamente**.

Nessa hipótese, a Administração não poderia admitir a majoração de outros itens da planilha ou do lucro, ainda que eles se mantivessem na margem de limite estabelecida no edital (com correção) e mantido o valor global. Nesse sentido o Acórdão nº 117/2014 – Plenário, Acórdão nº 2.440/2014 – Plenário e Acórdão nº 2.836/2008 – Plenário, todos do TCU.

Então, se a Administração solicita a correção dos valores unitários e o particular aceita promover a redução proporcional do seu valor global, não há qualquer impedimento na adoção dessa medida, de modo que a cautela é aferir a exequibilidade da proposta.

Como visto, a proposta da recorrente, apresenta erro formal, pois apresenta todos os requisitos necessários, inclusive a definição do objeto adequado no quadro de valores, não serem superior ao valor global estimado.

Visto que se trata de um erro meramente formal uma vez que os parâmetros disponibilizados pela **CPLO** são imprecisos, a recorrente entende que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

Sendo assim, assegurados pelo Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, temos que a proposta da recorrente deve ser classificada, visto que o erro apresentado não passa de um mero erro de forma não apresentando nenhum vício a substância da proposta.

Inclusive, Marçal Justem Filho ensina sobre os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, os quais acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos.

Sendo que eventuais erros formais ou materiais no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão do licitante do certame.

O TCU já se manifestou diversas vezes a respeito, trago o Acórdão 1487/2019 Plenário que A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.

Outros julgados nesse mesmo sentido: ACÓRDÃO 2564/2009 Plenário; ACÓRDÃO 1734/2009 PLENÁRIO; ACÓRDÃO 1924/2011 Plenário; ACÓRDÃO 1811/2014 PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2546/2015 PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2742/2017 PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2290/2019 Plenário.

De tal forma, não há que se falar em desclassificação da Proposta desta empresa, estando a Comissão Permanente de Licitação agindo em desconformidade em intercessão ao Princípio da Legalidade e ao Princípio da Vinculação ao Edital.

DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas **RAZÕES RECURSAIS**, solicitamos como lícita justiça que:


A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja revista a decisão da Douta Comissão Permanente de Licitação, quanto a classificação da proposta da **ABR SERVICE LTDA**;

C – Requer o saneamento de eventual erros das planilhas em sede de **diligência** e consequente classificação da proposta com os novos valores auferidos;

D – Caso a Douta Comissão opte por manter sua decisão, **REQUEREMOS** que, com fulcro no Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes Termos,
Pede e espera Deferimento.

LUIZ CARLOS DE
ABREU
FILHO: 

Assinado de forma digital por LUIZ
CARLOS DE ABREU
FILHO
Dados: 2023.11.19 17:35:48 -03'00'

Luiz Carlos de Abreu Filho
Representante Legal
ABR SERVICE LTDA
CNPJ 12.628.444/0001-55